



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ACÓRDÃO N° 65/2015
(5.2.2015)

PRESTAÇÃO DE CONTAS N° 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR

PROMOVENTE: Herzem Gusmão Pereira. Adv.: Átila Carvalho Ferreira dos Santos

RELATOR: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

Prestação de contas. Eleição 2014. Candidato ao cargo de deputado estadual. Ausência de comprometimento das contas. Presença de irregularidades de valor é inferior a 2% das despesas totais efetuadas. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Aprovação, com ressalvas.

1. A impropriedade constatada não compromete, isoladamente, a regularidade das contas prestadas;

2. O valor correspondente às irregularidades remanescentes equivale a menos de 2% de todas as despesas efetuadas pelo candidato promovente durante sua campanha eleitoral, razão pela qual, com arrimo nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, há de se considerar intactas a lisura e a confiabilidade das contas;

3. Aprovação das contas, com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **APROVAR AS CONTAS, COM RESSALVAS**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 5 de fevereiro de 2015.

LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Juiz-Presidente

FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS
Juiz Relator

RUY NESTOR BASTOS MELLO
Procurador Regional Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR

R E L A T Ó R I O

Herzem Gusmão Pereira, candidato ao cargo de deputado estadual pelo PMDB, protocolizou documentação visando prestar contas referentes à arrecadação e aplicação de recursos na campanha eleitoral de 2014.

Após proceder à derradeira análise das presentes contas, a unidade técnica desta Corte, às fls. 432/436, tendo em vista que as irregularidades identificadas não alcançaram o valor relativo de até 2% (dois por cento) do total de despesas realizadas, exarou parecer técnico conclusivo, pronunciando-se pela aprovação das contas, com ressalvas.

Instado, o MPE, considerando que as irregularidades remanescentes corresponderiam a valor inferior a 2% do total de despesas realizadas, opinou pela aprovação das contas com ressalvas, nos termos do art. 30, II da Lei nº 9.504/97 e 54, II da Res. TSE nº 23.406/2014.

É o relatório.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

V O T O

Compulsando os autos, observa-se que a Secretaria de Controle Interno e Auditoria deste Tribunal, após proceder ao cotejo entre toda a documentação acostada e os requisitos exigidos pela Res. TSE nº 23.406/2014, manifestou-se pela presença de: a) impropriedades que não comprometem, isoladamente, a regularidade das contas, e b) irregularidades, de maior gravidade e repercussão, que não alcançavam o valor de até 2% (dois por cento) do total das despesas realizadas, razão pela qual opinou pela aprovação das contas, com ressalvas.

Pois bem. Após exame do parecer conclusivo exarado pela unidade técnica deste Regional, entendo que a situação evidenciada nos presentes fólios enseja aprovação, com ressalvas, das contas prestadas.

Nesse sentido, convenço-me de que as impropriedades existentes não comprometem nem maculam a análise e robustez das contas, tampouco o bem jurídico tutelado, ou seja a “higidez das normas relativas à arrecadação e gastos de recursos eleitorais, além da moralidade do pleito eleitoral”.

Por outro lado, as irregularidades remanescentes, abaixo listadas, conquanto representem inobservância aos regramentos legais, possuem valor que corresponde a menos de 2% da quantia total gasta, não se mostrando, portanto, de relevante significância quando examinada no conjunto das contas:

6.1. A utilização dos recursos estimáveis em dinheiro provenientes de doações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, abaixo relacionados, configura infração às normas que exigem que a doação deva constituir produto do serviço ou da atividade econômica do doador e/ou que os bens permanentes integrem o seu patrimônio (art. 23, caput da Resolução TSE nº 23.406/2014):

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

DATA	DOADOR	CPF/CNPJ	CNAE FISCAL DO DOADOR	NATUREZA DO RECURSO ESTIMÁVEL DOADO	VALOR (R\$)
1/9/2014	JURACY OLIVEIRA SANTOS	972.904.755-34	---	Cessão ou locação de veículos	1.000,00

Não obstante o promovente tenha apresentado todos os demais documentos diligenciados, não foi apresentada a comprovação da propriedade da doação acima discriminada.

Afora isso, cabe ponderar, nesse ponto, que desaprovar as contas em razão dos vícios em testilha implicaria desconsiderar a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porquanto os mesmos não se revelam graves o suficiente para macular a consistência e a confiabilidade das contas em exame.

Essa linha de intelecção, por sinal, encontra-se em completa sintonia com o que vem entendendo a mais alta corte da Justiça Eleitoral do país, como se pode verificar dos dois arestos abaixo:

Prestação de contas. Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2010. Aprovação.

1. Se averiguada uma inconsistência na prestação de contas apresentada pelo partido no último dia previsto para a prática do ato (conforme consignado no Calendário Eleitoral de 2010 Res. TSE nº 23.190/2009 e no art. 26 da Res. TSE nº 23.217/2010), e tendo a agremiação, de forma espontânea, sanado tal ocorrência três dias depois, tal circunstância não afasta a tempestividade da primeira apresentação.

2. Verificada tal ocorrência, a agremiação deveria ter sido notificada, na forma do art. 33, § 2º da Res.-TSE nº 23.217, uma vez que, na hipótese de irregularidade, deve ser dada a oportunidade de saneamento do feito, na forma do art. 35 da citada resolução.

3. O órgão técnico identificou a entrada de recursos na conta bancária no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) em 28.7.2010. Todavia, não há irregularidade no caso, na medida em que esse depósito foi efetuado pelo próprio titular da conta para pagamento de

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

despesas de manutenção, não se tratando, pois, de recursos financeiros que tenham circulado pela conta bancária com destinação eleitoral, além do que o órgão técnico consignou a irrelevância do montante e destacou que a verificação do extrato bancário "será objeto de exame complementar" na prestação de contas anual.

4. Ainda que se entenda pela configuração da irregularidade, o TSE já decidiu que, "se a falha, de caráter diminuto, não compromete a análise da regularidade da prestação de contas nem se reveste de gravidade, afigura-se possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a ensejar a aprovação das contas, com ressalvas" (AgR-AI nº 9653-11, rel. Min. Arnaldo Versiani, DJE de 15.10.2012).

Aprova-se a prestação de contas do PSDC referente à arrecadação e à aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2010.

(Prestação de Contas nº 388045, Acórdão de 07/08/2014, Relator(a) Min. HENRIQUE NEVES DA SILVA, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 159, Data 27/08/2014, Página 57). (grifado)

Prestação de contas. Campanha eleitoral. Candidato a deputado. Fonte vedada.

1. Este Tribunal, no julgamento do AgR-AI nº 9580-39/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, DJE de 25.9.2012, reafirmou, por maioria, seu entendimento no sentido de que "empresa produtora independente de energia elétrica, mediante contrato de concessão de uso de bem público, não se enquadra na vedação do inciso III do art. 24 da Lei nº 9.504/97". Precedentes: AgR-REspe nº 134-38/MG, rel.^a Min.^a Nancy Andrighi, DJE de 21.10.2011; AgR-REspe nº 10107-88/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, de 9.10.2012. Ressalva do relator.

2. Ainda que se entenda que a doação seja oriunda de fonte vedada, a jurisprudência desta Corte Superior tem assentado que, se o montante do recurso arrecadado não se afigura expressivo diante do total da prestação de contas, deve ser mantida a aprovação das contas, com ressalvas, por aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 963587, Acórdão de 30/04/2013, Relator(a) Min. HENRIQUE NEVES DA SILVA, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 18/6/2013, Página 68-69). (grifado)

Mercê das ponderações que se acaba de delinear e em comunhão com o opinativo ministerial, por entender que os objetivos colimados pela

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.242-94.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

prestação de contas restaram atendidos, julgo aprovadas, com ressalvas, as contas de Herzem Gusmão Pereira.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 5 de fevereiro de 2015.

Fábio Alessandro Costas Bastos
Juiz Relator